

RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.636 - SP (2016/0024029-7)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ORLANDO GONZALEZ GARCIA
RECORRIDO : MARIA REGINA FARIA HELLMEISTER
ADVOGADO : CLODOMIRO VERGUEIRO PORTO FILHO - SP068197

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ fl. 664):

PROCESSUAL CIVIL. DEMANDA CONDENATÓRIA. PRELIMINARES. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ENTENDIMENTO, DO TRIBUNAL, VAZADO NO SENTIDO DE QUE A PROVA ORAL É VIÁVEL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 515, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. Não é inepta a petição inicial em que se busca a condenação da União ao pagamento por trabalho prestado, podendo o respectivo valor ser arbitrado judicialmente.
2. Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, a União é responsável pelos atos de seus agentes no exercício de suas funções. Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam que se rejeita.
3. De regra, não se deve, na fase do artigo 330 do Código de Processo Civil, julgar improcedente o pedido inicial por insuficiência de provas. A prolação de sentença com base nas regras de ônus da prova deve ser reservada para hipóteses extremas, esgotadas as possibilidades probatórias.
4. Se o tribunal entende viável a produção de outras provas, pode, em sede de apelação e sem anular a sentença, determinar as diligências necessárias, prosseguindo, ao depois, com o julgamento do recurso (Código de Processo Civil, artigo 515, § 4º).

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 674/682).

Nas suas razões, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 400, I, e 535 do CPC/1973 e do art. 60, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

Para tanto, sustenta que: (I) o Tribunal de origem não se manifestou sobre pontos essenciais à solução da controvérsia; (II) a prova oral é incabível no caso concreto.

Contrarrazões às e-STJ fls. 697/702.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 704/706).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Impõe-se afastar, desde logo, a indigitada ofensa ao art. 535 do CPC/1973, visto que o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se vislumbrando, na espécie, nenhuma contrariedade da norma invocada.

Ademais, consoante entendimento jurisprudencial pacífico, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos levantados pelas partes para expressar a sua convicção, notadamente quando encontrar motivação suficiente ao deslinde da causa.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 750.650/RJ, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 30/9/2015, e AgRg no AREsp 493.652/RJ, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 20/6/2014

Por outro lado, no caso concreto, a Corte *a quo* determinou a expedição de carta de ordem para a realização de audiência de instrução e julgamento, pois entendeu necessária a realização de ampla prova oral.

Confira-se (e-STJ fls. 662/663):

Com efeito, a MM. Juíza de primeiro grau julgou antecipadamente o mérito da causa, desfavoravelmente aos autores, fundada na assertiva de que estes não se desincumbiram de seu onus probandi.

Penso, todavia, que a prolação de sentença baseada no non liquet, vale dizer, escorada na aplicação de regra de ônus da prova não possa subsistir sem que sejam determinadas as provas necessárias.

Ora, início de prova documental existe nos autos. O próprio laudo pericial grafotécnico demonstra que o trabalho foi realizado. De ordinário, ninguém realiza trabalho dessa natureza sponte propria, ou seja, sem uma solicitação do interessado. Também, de ordinário não se faz trabalho desse tipo gratuitamente. Há, pois, um início de prova material importante, cuja complementação, reputada necessária, deveria ser determinada.

Deveras, a regra é a de que o procedimento comum ordinário contemple dilação probatória; a exceção é o julgamento antecipado do mérito, autorizado se e quando a causa estiver madura para receber sentença.

Assim, se a MM. Juíza entendeu insuficiente a prova, não seria o caso de julgar-se improcedente o pedido na fase do artigo 330 do Código de Processo Civil. Em vez disso, seria caso de deflagrar-se a dilação probatória.

Até o advento da Lei n.º 11.276/2006, a solução seria, nesta instância, de anular-se a sentença, determinando-se a realização de instrução e a emissão de novo julgamento. Desde então, todavia, cabe ao tribunal determinar a realização das provas sem desfazer a sentença e sem exigir que outra seja

prolatada em primeiro grau.

A possibilidade criada pela aludida lei situa-se precisamente no § 4º do artigo 515 do Código de Processo Civil, verbis:

"§ 4º Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação."

Penso que o dispositivo legal supra possa e deva ser utilizado no caso presente, mesmo porque todo julgamento fundado em insuficiência de provas traduz, de um certo modo, a ineficiência do Poder Judiciário em elucidar a verdade, devendo, por isso, ser reservado para situações extremas, isto é, quando não haja a menor possibilidade de reconstrução dos fatos.

Ante o exposto, voto por aplicar-se, de ofício, o § 4º do artigo 515 do Código de Processo Civil e, para tanto, determino a expedição de carta de ordem ao juízo a quo, a fim de que lá se realize audiência de instrução e julgamento, nela se produzindo ampla prova oral.

Com efeito, esta Corte Superior tem o entendimento de que o julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias (AgRg no AREsp 420.011/DF, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 10/12/2013).

Cita-se, ainda, no mesmo sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. ARGUMENTOS GENÉRICOS QUE NÃO INFIRMAM A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULAS 182/STJ E 284/STF. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A utilização de argumentos genéricos incapazes de infirmar de forma clara e precisa os fundamentos da decisão agravada atraem o óbice das Súmulas 182/STJ e 284/STF.

2. Admite-se o julgamento antecipado da lide, sem a produção de outras provas requeridas pelas partes, quando o julgador ordinário considera suficiente a instrução do processo. Impossibilidade de aferir se a prova requerida era ou não imprescindível, diante da necessidade de incursão ao contexto fático-probatório dos autos.

Incidência da Súmula 7/STJ (AgRg no AREsp 423.978/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 18/12/13).

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 349.870/SE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/02/2014).

Dessa orientação não divergiu o Tribunal de origem, de modo que inexistente ensejo para o acolhimento do recurso. Incide, nesse aspecto, como óbice ao recurso especial, a Súmula 83 do STJ.

Portanto, diante desse panorama, verifica-se que dissentir da conclusão adotada pelo acórdão recorrido, de modo a se aferir a necessidade da produção da prova oral, implica inevitável revolver de aspectos fático-probatórios, providência inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nessa linha de raciocínio:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO POPULAR. ILUMINAÇÃO PÚBLICA. ESTIMATIVA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fático-probatórias da causa, entendeu que houve cerceamento de defesa ante a falta de produção de prova pericial necessária ao deslinde da controvérsia. Rever a necessidade ou não de produção de prova pericial, para fins de formação da convicção do juiz, requer indispensável reapreciação do conjunto probatório existente no processo, o que é vedado por óbice da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 379.264/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/11/2013).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGOU-LHE PROVIMENTO.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator